



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO MARANHÃO

**TERMO ADITIVO Nº 1/2021**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL DO MARANHÃO, E A EMPRESA DEFENSIVA FREITAS SEGURANÇA EIRELI – ME.

**CONTRATANTE:**

Razão Social: União - SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO MARANHÃO		
CNPJ/MF: 00.394.494/01119-28	Ramo de Atividade: Administração Pública	
Endereço: Avenida Emiliano Maceira, nº 1800 - Vila Itamar		
Cidade: São Luís	UF: MA	CEP: 65.090-000
Telefone: (98) 3244-5371	FAX: ( )	
DADOS DO REPRESENTANTE DA REGIONAL RESPONSÁVEL PELO CONTRATO:		
PAULO FERNANDO NUNES MORENO Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão	Portaria: nº 230, de 19 de março de 2015, publicada no DOU de 20 de março de 2015.	
CI/RG: 1255893 - SSP/MA	CPF: 432.080.533-04	

**CONTRATADA:**

Razão Social: DEFENSIVA FREITAS SEGURANÇA EIRELI – ME		
Endereço: Via Pública 01, Cohab I, Nº 19, Cohab Anil, São Luís - MA		
Cidade: São Luís	UF: MA	
CNPJ: 16.649.674/0002-32	Telefone: (98) 33028122	CEP: 65.050-580
Representante da Empresa: Wellington Ubaldino de Freitas		
E-mail: defensiva.slz@hotmail.com		
Representante Legal: Wellington Ubaldino de Freitas	CI/RG: 0000000605892-2	CPF: 435.423.011-91

As pessoas acima especificadas resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2020, decorrente do Pregão nº 06/2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto alteração da CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA do contrato nº 07/2020, prorrogando a vigência em mais 12 (doze) meses, com início em **05 de junho de 2021 e término em 05 de junho de 2022**, bem como a aplicação do item 24 do Termo de Referência do Contrato em tela, o qual trata do direito de repactuação em função do reequilíbrio econômico-financeiro.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA**

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta dos recursos consignados à POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2021, sob a seguinte classificação:

Programa de Trabalho	0612221122000
Natureza Despesa	33.90.39
Plano Interno	RF9990A1TRC
PTRES	089974
Fonte	0174 / 0100
Valor do Contrato	<b>R\$ 1.520.192,40 (um milhão e quinhentos e vinte e cento e noventa e dois reais e quarenta centavos)</b>

Valores Retroativos devidos à Contratada correspondentes de Agosto a Dezembro/2020, com efeitos retroativos.	<b>R\$ 16.741,00</b> (dezesesseis mil e setecentos e quarenta e um reais)
--	---

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original e não alteradas por este instrumento.

**3. DA GARANTIA CONTRATUAL**

Para garantir o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento, a CONTRATADA apresentou a garantia contratual sob a modalidade de seguro garantia, no valor de R\$ 73.728,30.

A vigência da garantia contratual deverá estar vinculada à vigência do termo de contrato, que para esse efeito, considera-se o prazo de noventa dias após o encerramento da vigência, devendo ser restituída após o recebimento definitivo do objeto contratado, caso não se configure nenhuma hipótese para a sua execução.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, **a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada**, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

O pagamento das notas fiscais está condicionado à validade da vigência da garantia contratual, além da validade da documentação relativa à habilitação parcial.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA REPACTUAÇÃO**

Vincula-se o direito de repactuação futura a credora, em casos, de expressa manifestação do direito expresso, salvo contrário, caracteriza-se a preclusão de repactuação.

**5. CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

O Termo Aditivo será publicado, por extrato, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias da data de assinatura, correndo as despesas por conta do Contratante.

E por assim estarem de acordo com os termos do presente instrumento, após lido e achado conforme, ambas as partes o assinam o presente Termo Aditivo.

São Luís-MA, 08 de Março de 2021.

**PAULO FERNANDO NUNES MORENO**

Superintendente  
Pela CONTRATANTE

**WELLIINGTON UBALDINO DE FREITAS**

Representante da Contratada

Documento assinado eletronicamente por **PAULO FERNANDO NUNES MORENO**, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão, em 08/03/2021, às 11:20, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

PRF

Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON UBALDINO DE FREITAS, Usuário Externo**, em 08/03/2021, às 16:13, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **30908221** e o código CRC **1DB5EDF0**.



Referência: Processo nº 08665.000207/2020-24



SEI nº 30908221